



### **PCMG desvenda desaparecimento de mototaxista em Arinos**

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) concluiu, nessa quinta-feira (16/3), o inquérito que apurou o desaparecimento de um mototaxista e pastor, de 61 anos, na cidade de Arinos, no Noroeste do estado. Sete pessoas foram indiciadas pelos crimes de latrocínio, ocultação de cadáver, favorecimento real e receptação dolosa.

Conforme descoberto pela Polícia Civil, a vítima, residente em Fercal, no Distrito Federal, recebeu solicitação de corrida para levar um indivíduo de 18 anos para Arinos. No dia 24 de janeiro, o mototaxista foi dado como desaparecido.

Por meio de geolocalização e captação de imagens de segurança, a PCMG construiu a linha do tempo do crime: a vítima e passageiro saem do Distrito Federal às 6h do dia 24 de janeiro e chegam à cidade mineira no mesmo dia, às 9h. Das 9h da manhã até as 13h, a vítima permaneceu em poder dos captores, e depois o latrocínio foi cometido. A hora aproximada da consumação foi obtida por meio de fotografia retirada por um dos suspeitos assim que executaram a vítima. O objetivo dos investigados era ficar com a moto e outros bens do mototaxista.

O corpo da vítima, seus pertences pessoais, incluindo a moto, foram localizados e a família já realizou a devida identificação da vítima, em Unai. A PCMG, com o apoio das polícias do Distrito Federal e do Estado de Goiás, conseguiu, ainda, prender outro suspeito envolvido no caso, de 18 anos, que confessou, ainda, a ocultação do corpo da vítima.

O delegado responsável pelo inquérito, Giulian Salvador Lima, informa que todos os suspeitos pelos crimes de latrocínio e ocultação do cadáver já se encontram presos preventivamente. “Foi possível, ainda, mapear quais indivíduos estiveram envolvidos nos crimes de favorecimento real, para tornar seguro o proveito do crime, e receptação dolosa, sendo realizado o indiciamento de quatro suspeitos por este último delito em relação ao celular da vítima”, finalizou.

Com a conclusão do inquérito policial, o procedimento foi encaminhado ao Poder Judiciário para oferecimento da denúncia, mediante avaliação do Ministério Público.